



---

## RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

---

Autos nº 0001601-22.2015.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo de Direito da Vara da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho e Registros Públicos da comarca de Rio do Sul

### ATIVIDADE CORREICIONAL

### INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 29/2015-CGJ

Período da correição: 5-10-2015 a 4-12-2015

### EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Maria Paula Kern

Assessora Técnica Correicional: Débora Zitta

Assessora Correicional: Veruska Maluf

Analista Jurídico: André Pacheco



## INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 6/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística e dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



## DADOS DA UNIDADE

Comarca: Rio do Sul.

Unidade: Vara da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho e Registros Públicos.

Municípios integrantes: Rio do Sul, Agronômica, Aurora, Lontras e Presidente Nereu.

Juiz titular: Edison Zimmer.

Chefe de cartório: Vanessa Cristina Gomes Goetten de Lima.

Última correição por equipe da CGJ/SC: (22-10-2012 a 22-11-2012)  
(0012870-63.2012.8.24.0600)

Competência: Res. 36/2010-TJ. Art. 5º Compete privativamente ao Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da comarca de Rio do Sul: I - processar e julgar as ações: a) relativas à Fazenda Pública (art. 99 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); b) relativas aos registros públicos (art. 95 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); c) constitucionais (mandado de segurança, ação civil pública, ação popular e *habeas data*); e d) acidentárias (art. 109, I, da Constituição da República Federativa do Brasil) e previdenciárias (art. 129, II, da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991). II - cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência.

Entrância: Especial.

Data da instalação/lei de criação: 19-1-2006 / LC 224/2002; Res. 3/2005-TJ e Res. 10/2015-TJ.



## 1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

### 1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ5 – Processos eletrônicos

#### ACERVO PROCESSUAL

	Indicador	Valor	
<b>1.1.1</b>	<b>Processos em andamento + procedimentos em andamento</b>	<b>4.680</b>	
1.1.2	Processos em andamento	4.652	
1.1.3	Procedimentos em andamento	28	
<b>1.1.4</b>	<b>Filas de trabalho sem movimento há mais de 100 dias</b>	<b>180</b>	
	<b>Cível – Genérico – Processo</b>		
1.1.4.1	Ag. Análise do Cartório	8	
1.1.4.2	Ag. Encerramento do Ato	27	
1.1.4.3	Ag. Prazo	1	
1.1.4.4	Cumprir Audiência	4	
1.1.4.5	Escrivão	10	
	<b>Execução Fiscal – Processos</b>		
1.1.4.6	Ag. Encerramento do Ato	82	
1.1.4.7	Ag. Prazo	4	
1.1.4.8	Análise do Cartório – Transitado em Julgado	1	
1.1.4.9	Cumprir Hasta Pública	22	
	<b>Juizado Especial Fazendário – Processo</b>		
1.1.4.10	Ag. Encerramento do Ato	21	
	Indicador	Valor	
<b>1.1.5</b>	<b>Outros setores</b>	Total	+ 100 dias
1.1.5.1	Contadoria	34	0
1.1.5.2	Ministério Público	2	0



1.1.6	Observações
	<p>a) Informações obtidas em 16-12-2015 mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara. Mês de referência: novembro/2015 (fls. 33-34).</p> <p>b) O SAJ5 foi instalado na unidade em maio/2014.</p> <p>c) Realizada amostragem de 5 (cinco) processos na fila "Ag. Prazo" (0304222-05.2015.8.24.0054, 0302832-97.2015.8.24.0054, 0300729-20.2015.8.24.0054, 0306165-57.2015.8.24.0054 e 0306166-42.2015.8.24.0054) não foram encontradas irregularidades.</p> <p>d) Realizada amostragem na fila "Arquivado Definitivamente" verificou-se que todos os processos analisados possuem decisão determinando o arquivamento (0006371-52.2012.8.24.0054, 0300660-22.2014.8.24.0054, 0300472-29.2014.8.24.0054, 0300435-02.2014.8.24.0054 e 0004679-52.2011.8.24.0054).</p> <p>e) Realizada amostragem na fila "Suspenso" verificou-se que todos os processos analisados possuem decisão determinando a suspensão (0300605-71.2014.8.24.0054, 0302266-85.2014.8.24.0054, 0009948-48.2006.8.24.0054/01, 0004386-43.2015.8.24.0054 e 0300971-13.2014.8.24.0054/01).</p> <p>f) Realizada amostragem na fila "Tribunal de Justiça" verificou-se que todos os processos analisados possuem o ofício de que dispõe a Resolução Conjunta n. 11/2014 (0301701-24.2014.8.24.0054, 0300051-05.2015.8.24.0054, 0300144-65.2015.8.24.0054, 0017412-45.2014.8.24.0054 e 0302027-81.2014.8.24.0054).</p>



## 1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ ESTATÍSTICA

### ACERVO PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor	
<b>1.2.1</b>	<b>Processos em andamento + procedimentos em andamento</b>	<b>5.145</b>	
1.2.2	Processos em andamento	5.117	
1.2.3	Procedimentos em andamento	28	
<b>1.2.4</b>	<b>Processos sem movimento há mais de 180 dias</b>	<b>118</b>	
1.2.5	Observações		

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência: novembro de 2015 (fl. 35).

### PROCESSOS EM CARGA (Processos físicos)

	Indicador	Valor	
<b>1.2.6</b>	<b>Quantidade total de processos em carga</b>	<b>74</b>	
	Local	Total	+ 100 dias
	Cargas internas		
1.2.7	Contadoria	11	0
1.2.8	Edison Zimmer (Juiz)	34	1
	Cargas externas - terceiros sem acesso ao SAJ		
1.2.9	Advogado	24	0
1.2.10	Perito	1	1
1.2.11	Procuradorias	4	0
1.2.12	Observações		

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência: novembro de 2015 (fl. 36).

### PROCESSOS CONCLUSOS

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.2.13	Quantidade total de processos com o juiz.	123	34	157

Observações: do total de 123 eletrônicos, 43 são BacenJud-ag. Protocolo e resposta, 21 são BacenJud-bloquear valor e 3 são BacenJud-ag. Transferência.

### PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

	Período	Total	Média mensal
1.2.14	Janeiro a dezembro de 2013	2.560	213
1.2.15	Janeiro a dezembro de 2014	3.639	303
1.2.16	Janeiro a novembro de 2015 (mês anterior ao da consulta)	5.406	491
1.2.17	Observações		

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições).



### 1.3 INSPEÇÃO VIRTUAL

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.3.1	Processos ativos com localização física em "arquivo administrativo", "arquivo central" e "sala de arquivo"	O relatório não deve trazer registro	0	2
1.3.2	Processos ativos com localização física em "Superior Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça - Cerc", "Tribunal Regional Federal", "Turma de Recursos"		0	0
1.3.3	Processos ativos com localização física em "cartório - processo suspenso", "cartório - suspenso (art. 366 CPP)" e "cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)"		0	0
1.3.4	Autos devolvidos à origem ou entregues à parte (localização física em "devolvido à origem", "entregue à parte" e "remetido")		0	0
1.3.5	Processos dependentes ativos cujos autos principais foram baixados		4	1
1.3.6	Recursos ativos cujos autos principais foram reabertos		0	0
1.3.7	Principais ativos com Execução de Sentença iniciada		1	0
1.3.8	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	Não se aplica	
1.3.9	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro		
1.3.10	Observações	a) Primeira verificação em 1-10-2015 (fls. 11-12). b) Segunda verificação em 16-12-2015 (fls. 37-38). c) Orienta-se que a chefe de cartório mantenha controle estatístico da unidade, observando as instruções constantes das Orientações CGJ/SC n. 16 e 48 <a href="http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/orientacoes/index.htm">http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/orientacoes/index.htm</a> . As recomendações para correção dos problemas diagnosticados também foram antecipadamente encaminhadas por e-mail para o endereço eletrônico institucional da unidade.		



1.3.11 PROCESSOS COM LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.3.11.1	Cartório - recebido do advogado	0	0	0	0
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.3.11.2	Cartório - aguardando	95	25	51	31
1.3.11.3	Cartório - aguardando AR	1	0	1	0
1.3.11.4	Cartório - aguardando carta precatória	44	34	44	34
1.3.11.5	Cartório - aguardando confecção de relação	0	0	9	0
1.3.11.6	Cartório - aguardando mandado	1	0	2	0
1.3.11.7	Cartório - aguardando publicação de relação	39	4	49	4
1.3.11.8	Cartório - arquivar	10	4	18	7
1.3.11.9	Cartório - escaninho da delegacia	0	0	0	0
1.3.11.10	Cartório - escaninho do advogado	7	0	6	0
1.3.11.11	Cartório - escaninho do juiz	4	0	2	1
1.3.11.12	Cartório - escaninho do juiz (assinaturas)	0	0	6	0
1.3.11.13	Cartório - escaninho do promotor	0	0	0	0
1.3.11.14	Cartório - prazo 1 a 31	35	16	81	14
	Expedição/cumprimento				
1.3.11.15	Cartório - cumprir despacho	0	0	0	0
1.3.11.16	Cartório - cumprir despacho urgente	0	0	0	0
1.3.11.17	Cartório - expedir alvará	1	0	1	0
1.3.11.18	Cartório - expedir correspondência	0	0	0	0
1.3.11.19	Cartório - expedir edital	0	0	0	0
1.3.11.20	Cartório - expedir formal	0	0	0	0
1.3.11.21	Cartório - expedir mandado	0	0	0	0
1.3.11.22	Cartório - expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.3.11.23	Cartório - aguardando juntada	1	0	0	0
1.3.11.24	Cartório - aguardando petição	2	0	2	1
1.3.11.25	Cartório - aguardando resposta de ofício	0	0	0	0
1.3.11.26	Observações				
	a) Primeira verificação em 1-10-2015 (fl. 15). Item 1.3.11.11: o relatório dos processos localizados em "Cartório – escaninho do juiz" está juntado à fl. 16.				
	b) Segunda verificação em 16-12-2015. Item 1.3.11.11: o relatório dos processos localizados em "Cartório – escaninho do juiz" está juntado à fl. 19.				
	c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".				





### 1.4 SAJ/CARTÓRIO

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.4.1	Audiências com situação "pendente" há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	0	0
1.4.2	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	
1.4.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.			
1.4.4	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.			
1.4.5	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.			
1.4.6	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.			

1.4.7	Réu preso	Provisório	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	Não se aplica
		Definitivo		
1.4.7.1	Réu preso - total			



1.4.8	Pendências e prazos em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 30-9-2015)		2.635	1.505	
	Petição intermediária		93	11	
	Peticionamento eletrônico		35	0	
	Mandados		0	0	
	AR		1	0	
	Execução de sentença		0	0	
	Incidente processual		0	0	
	Ação incidental		0	0	
	Movimentação	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	1.233	1.157	
	Pauta de audiências		0	0	
	Carga		12	2	
	Cartas recebidas		9	0	
	Processo		434	0	
	Recurso		0	0	
	Usuário		818	335	
1.4.9	Processo com situação "arquivado administrativamente" com local físico "arquivo central" e "sala de arquivo"			3	0
1.4.10	Mandados de prisão em aberto com erros			Não se aplica	
1.4.11	Mandados em carga com OJ há mais de 30 dias			32	0
1.4.12	Observações				
a) Primeira verificação em 1-10-2015 (fls. 18-21). a.1) Item 1.4.9: os 3 processos apresentam registro de local físico "sala de arquivo". b) Segunda verificação em 16-12-2015 (fl. 40).					



## 1.5 SAJ - ESTATÍSTICA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.5.1	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).	O relatório não deve trazer registro	7	14
1.5.2	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2015, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2011 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012, nos Juizados Especiais.		4	4
1.5.3	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2015, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2012.		0	0
1.5.4	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2015, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2012.		0	0
1.5.5	Programa Permanente de Julgamento Prioritário - PPJP.		4	3
1.5.6	Observações			
<p>a) Primeira verificação em 1-10-2015 (fls. 22-24).</p> <p>a.1) Itens 1.5.2 a 1.5.4: dados do mês de agosto de 2015, extraídos do site desta Corregedoria (<a href="http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm">http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm</a>). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.</p> <p>a.2) Item 1.5.5: o relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6.</p> <p>b) Segunda verificação em 16-12-2015 (fls. 42-45).</p> <p>b.1) Itens 1.5.2 a 1.5.4: dados do mês de outubro de 2015 extraídos do site desta Corregedoria (<a href="http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm">http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm</a>). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.</p> <p>b.2) Item 1.5.5: o relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6.</p>				



## 1.6 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Justiça Aberta - Sistema de Informações da Corregedoria Nacional de Justiça (Passo 1)	As informações devem ser alimentadas pelo(a) chefe de cartório sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Alimentado	Alimentado
1.6.2	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão	Não se aplica	
1.6.3	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido		
1.6.4	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido		
1.6.5	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Corretamente alimentado	Corretamente alimentado
1.6.6	Observações	<p>a) Primeira verificação em 16-12-2015 (fls. 25-26).</p> <p>a.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 4-9-2015 (fl. 27).</p> <p>a.2) Item 1.6.5 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações "em andamento", "arquivado", "suspensão", "arquivado administrativamente", "grau de recurso", "remetido a outro juízo ou entregue à parte", "remetido a outro foro" e "recebido em outro foro". Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que os processos 0007320-76.2012.8.24.0054 e 0004941-31.2013.8.24.0054 estão corretamente incluídos no CNCIAI do CNJ (fls. 28-29).</p> <p>b) Segunda verificação em 16-12-2015.</p> <p>b.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 7-12-2015 (fl. 46).</p> <p>b.2) Item 1.6.5 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações "em andamento", "arquivado", "suspensão", "arquivado administrativamente", "grau de recurso", "remetido a outro juízo ou entregue à parte", "remetido a outro foro" e "recebido em outro foro". Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.</p> <p>c) Itens 1.6.2 a 1.6.4: não se aplica em face da competência da unidade.</p>		



### 1.7 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ	Não se aplica	
1.7.2	Observações			



## **CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS**

---

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística e Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 28 de janeiro de 2016.

Débora Zitta  
Assessora Técnica Correicional – Mat. 5.701

Veruska Maluf  
Assessora Correicional – Mat. 17.068

André Pacheco  
Analista Jurídico - Mat. 20.683